

Informações financeiras intermediárias

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

30 de junho de 2021
com Relatório do Auditor Independente



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Aos Conselheiros e Diretores da
Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.
Matão - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Ênfase

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que descreve que o contrato de concessão, detido pela Companhia, para exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro, firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem ("DER"), pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos, e prorrogado pelos Termos Aditivos e Modificativos nº 16 e nº 23, tem vigência até 14 de setembro de 2021. Contudo, conforme descrito na referida nota, a Companhia possui desequilíbrios contratuais já reconhecidos por meio de Termos Aditivos Modificativos (TAM's), firmados entre a Companhia e o Poder Concedente, e possui outros pleitos em discussão, cuja modalidade de reequilíbrio ainda não foi definida. Após a avaliação do Poder Concedente sobre os respectivos pleitos, caso não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a Companhia entrará em dormência. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 19 de março de 2021 sem modificação e às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2020 e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 21 de agosto de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à Demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.



São Paulo, 13 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Fernanda A. Tessari da Silva'. The signature is fluid and cursive, with a large initial 'F' and 'T'.

Fernanda A. Tessari da Silva
Contadora CRC 1SP252905/O-2

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanco Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanco Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2021	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	610	
Preferenciais	0	
Total	610	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
1	Ativo Total	552.654	880.163
1.01	Ativo Circulante	118.969	103.987
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	59.861	59.580
1.01.03	Contas a Receber	37.817	33.665
1.01.03.01	Clientes	37.817	33.665
1.01.06	Tributos a Recuperar	14.567	4.695
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.724	6.047
1.01.08.03	Outros	6.724	6.047
1.01.08.03.02	Outros créditos	6.222	5.574
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	502	473
1.02	Ativo Não Circulante	433.685	776.176
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	411.912	716.298
1.02.01.07	Tributos Diferidos	50.755	56.069
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	50.755	56.069
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	244.361	538.025
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	244.361	538.025
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	116.796	122.204
1.02.01.10.03	Depósitos e Bloqueios Judiciais	110.981	115.665
1.02.01.10.05	Outros ativos	5.571	6.491
1.02.01.10.06	Direito de uso	244	48
1.02.04	Intangível	21.773	59.878

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2021	Exercício Anterior 31/12/2020
2	Passivo Total	552.654	880.163
2.01	Passivo Circulante	84.040	384.015
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.446	3.736
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.446	3.736
2.01.02	Fornecedores	19.571	16.667
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.571	16.667
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.037	32.295
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.460	29.647
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	18.510	27.187
2.01.03.01.02	Obrigações fiscais	2.950	2.460
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.577	2.648
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	48.780
2.01.04.02	Debêntures	0	48.780
2.01.05	Outras Obrigações	36.986	282.537
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	870	5.451
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	870	5.451
2.01.05.02	Outros	36.116	277.086
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	32.836	273.021
2.01.05.02.04	Credor pela concessão	724	780
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	2.308	3.234
2.01.05.02.07	Arrendamento mercantil	248	51
2.02	Passivo Não Circulante	123.303	108.804
2.02.04	Provisões	123.303	108.804
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	123.303	108.804
2.03	Patrimônio Líquido	345.311	387.344
2.03.01	Capital Social Realizado	71.000	71.000
2.03.02	Reservas de Capital	97.835	97.835
2.03.04	Reservas de Lucros	85.200	218.509
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	85.200	218.509
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	91.276	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	129.563	255.721	107.944	232.344
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-57.100	-99.447	-35.189	-70.858
3.03	Resultado Bruto	72.463	156.274	72.755	161.486
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.769	-27.777	-23.697	-35.567
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.490	-28.869	-24.524	-36.441
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-22.499	-28.878	-24.524	-36.441
3.04.02.02	Provisão para perda esperada - Contas a Receber	9	9	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	721	1.092	827	874
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	50.694	128.497	49.058	125.919
3.06	Resultado Financeiro	4.384	9.909	2.596	4.768
3.06.01	Receitas Financeiras	4.499	10.442	86.449	98.575
3.06.02	Despesas Financeiras	-115	-533	-83.853	-93.807
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	55.078	138.406	51.654	130.687
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-18.766	-47.130	-22.141	-49.002
3.08.01	Corrente	-18.588	-41.816	-24.242	-45.275
3.08.02	Diferido	-178	-5.314	2.101	-3.727
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	36.312	91.276	29.513	81.685
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	36.312	91.276	29.513	81.685
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	59,52787	149,63279	48,38197	133,90984

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2020 à 30/06/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
4.01	Lucro Líquido do Período	36.312	91.276	29.513	81.685
4.03	Resultado Abrangente do Período	36.312	91.276	29.513	81.685

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	149.043	121.451
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	148.398	145.550
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	91.276	81.685
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.314	3.727
6.01.01.03	Amortização do intangível	40.912	35.166
6.01.01.04	Juros sobre Empréstimos e Financ. Debêntures	274	11.926
6.01.01.05	Juros sobre Debêntures Partes Relacionadas	-8.644	-13.273
6.01.01.06	Provisão de Riscos Cíveis, Tributários e Trabalhistas	19.236	26.017
6.01.01.07	Provisão de Manutenção	0	1.810
6.01.01.08	Resultado de instrumentos financeiros não realizados	0	-1.839
6.01.01.10	Baixa de Intangível	39	243
6.01.01.11	Provisão para devedores duvidosos	-9	88
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	701	-15.380
6.01.02.01	Clientes e Contas a Receber Poder Concedente	-4.143	1.575
6.01.02.02	Despesas antecipadas e outros ativos	-10.209	1.576
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	4.176	4.033
6.01.02.04	Fornecedores, Prestadores de Serviços e Partes Relacionadas	2.547	-1.092
6.01.02.05	Obrigações sociais e trabalhistas	-290	407
6.01.02.06	Obrigações tributárias	42.743	50.112
6.01.02.07	Outras contas a pagar	-730	827
6.01.02.08	Provisão de Riscos Cíveis, Tributários e Trabalhistas - Utilização	-4.737	-6.577
6.01.02.09	Partes Relacionadas	21.837	-8.430
6.01.02.10	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-50.493	-57.811
6.01.03	Outros	-56	-8.719
6.01.03.01	Provisão para manutenção - utilização	0	-8.635
6.01.03.02	Apropriação da outorga variável	-56	-84
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.076	-3.641
6.02.01	Aquisição de Ativo Intangível	-2.076	-3.641
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-146.686	-234.034
6.03.02	Debêntures - Pagamento de principal	-48.774	-228.665
6.03.03	Pagamento de Juros de Debêntures	-280	-11.968
6.03.04	Distribuição de Dividendos	-97.632	-162
6.03.08	Liquidação de Instrumentos Financeiros	0	6.761
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	281	-116.224
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	59.580	161.086
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	59.861	44.862

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 30/06/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.000	97.835	218.509	0	0	387.344
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.000	97.835	218.509	0	0	387.344
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-133.309	0	0	-133.309
5.04.08	Dividendos distribuídos (R\$ 163,93 por ação)	0	0	-100.000	0	0	-100.000
5.04.09	Dividendos distribuídos (R\$ 54,60 por ação)	0	0	-33.309	0	0	-33.309
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	91.276	0	91.276
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	91.276	0	91.276
5.07	Saldos Finais	71.000	97.835	85.200	91.276	0	345.311

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	71.000	97.835	220.408	0	0	389.243
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	71.000	97.835	220.408	0	0	389.243
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-149.408	0	0	-149.408
5.04.08	Dividendos distribuídos (R\$ 192,48 por ação)	0	0	-149.408	0	0	-149.408
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	81.685	0	81.685
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	81.685	0	81.685
5.07	Saldos Finais	71.000	97.835	71.000	81.685	0	321.520

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2021 à 30/06/2021	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2020 à 30/06/2020
7.01	Receitas	280.871	255.132
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	271.045	244.655
7.01.02	Outras Receitas	9.048	8.598
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	769	1.879
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	9	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-56.215	-41.089
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-34.681	-17.041
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-16.578	-18.385
7.02.04	Outros	-4.956	-5.663
7.02.04.01	Custos da Concessão	-4.187	-3.784
7.02.04.02	Custos da Construção	-769	-1.879
7.03	Valor Adicionado Bruto	224.656	214.043
7.04	Retenções	-40.912	-35.166
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-40.912	-35.166
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	183.744	178.877
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.442	98.575
7.06.02	Receitas Financeiras	10.442	98.575
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	194.186	277.452
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	194.186	277.452
7.08.01	Pessoal	29.526	29.589
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.561	26.957
7.08.01.02	Benefícios	2.408	2.219
7.08.01.03	F.G.T.S.	557	413
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	72.885	73.134
7.08.02.01	Federais	59.026	60.631
7.08.02.02	Estaduais	35	40
7.08.02.03	Municipais	13.824	12.463
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	499	93.044
7.08.03.01	Juros	193	11.425
7.08.03.03	Outras	306	81.619
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	91.276	81.685
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	91.276	81.685

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A. (“Companhia”), sediada em Matão, Estado de São Paulo, foi constituída em 29 de abril de 1998 e iniciou suas operações em 19 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem - DER., regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997. A Companhia obteve, em 25 de fevereiro de 2013, o registro de companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. A Companhia é uma controlada da AB Concessões S.A. por sua vez uma subsidiária do grupo italiano Atlantia (“Grupo”).

A Companhia tem como atividade preponderante a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro. No contrato firmado com o DER, compete à Companhia a execução e gestão dos serviços delegados, do apoio aos serviços não delegados e dos serviços complementares, pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 16, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 37 meses sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original.

Dessa maneira, o período de exploração da concessão foi estendido para 18 de julho de 2021.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 23, de 06 de fevereiro de 2019, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido por meio da prorrogação do prazo de concessão por mais 58 dias sem alteração do valor do ônus fixo, bem como do prazo de pagamento original.

Com essas prorrogações, o período de exploração da concessão foi estendido para 14 de setembro de 2021.

Dessa maneira, o contrato de concessão, detido pela Companhia, para exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos, Catanduva, Mirassol, Sertãozinho, Borborema, Matão e Bebedouro, firmado com o Departamento de Estradas de Rodagem (“DER”), pelo prazo inicial predeterminado de 20 anos, e prorrogado pelos Termos Aditivos e Modificativos nº 16 e nº 23, tem vigência até 14 de setembro de 2021. Contudo, a Companhia possui desequilíbrios contratuais já reconhecidos por meio de Termos Aditivos Modificativos (TAM’s), firmados entre a Companhia e o Poder Concedente, e possui outros pleitos em discussão, cuja modalidade de reequilíbrio ainda não foi definida. Após a avaliação do Poder Concedente sobre os respectivos pleitos, caso não haja reequilíbrio na modalidade de extensão de prazo, a Companhia entrará em dormência.

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

As tarifas de pedágio são reajustadas anualmente no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio de cada ano. Em decorrência da Deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Companhia concordou com o TAM nº 22, de 15 de dezembro de 2011, que definiu a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantida a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicaria a revisão contratual para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderia determinar o reequilíbrio em favor da Companhia ou do Poder Concedente, por meio de alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM passariam a vigorar a partir de 1º de julho de 2013. Entretanto, por Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP de 27 de junho de 2013, a ARTESP autorizou o reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013 mantendo como índice o IGP-M, conforme previsto nos termos originais do contrato de concessão.

Contudo, conforme determinação do governador do Estado de São Paulo, o reajuste das tarifas não foi repassado aos usuários em 1º de julho de 2013, sendo o ônus dessa medida assumido pelo Estado. A compensação dos impactos dessa medida está sendo analisada pela ARTESP. Até o momento foram determinados os seguintes procedimentos de compensação: (a) redução de 50% dos pagamentos variáveis mensais efetuados (ônus variável) por prazo indeterminado; e (b) implantação da cobrança dos eixos suspensos para caminhões. A redução do ônus variável deverá ser formalizada por meio de um TAM específico e a cobrança dos eixos suspensos para caminhões está em vigor desde a publicação da resolução do Governo do Estado de São Paulo. Outras medidas em estudo para a compensação dos impactos do não repasse do reajuste das tarifas são: (a) utilização de eventuais créditos que o Poder Concedente detenha contra a Companhia; e (ii) se houver necessidade, utilização do pagamento dos valores fixos mensais (ônus fixo) devido.

Em 28 de junho de 2014, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2014, em 5,72%, percentual este em desacordo com o que prevê a deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP. A Companhia desconhece a forma de cálculo utilizada para a definição do reajuste, o que evidencia a unilateralidade da medida e irá negociar o reajuste correto com a ARTESP para assegurar seus direitos contratuais. Em 27 de junho de 2015, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio, a partir de 1º de julho de 2015, em 4,11%. Em 26 de junho de 2015, foi celebrado entre a Companhia e a ARTESP o Termo de Rerratificação ao TAM nº 22/11, o qual estabelece que a partir de 1º de julho de 2015, para fins de reajuste da base tarifária quilométrica anual, será utilizado o índice de menor variação percentual apurado entre o IGP-M e o IPCA, preservado à Companhia o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será implementada por meio de aumento do prazo da concessão, a ser formalizado por aditivo contratual.

Em 30 de maio de 2018, foi sancionada a Resolução SLT n. 04, o qual dispõe sobre a isenção de cobrança de eixos suspensos de veículos de transporte de carga que circulam vazios. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia possui o direito à recomposição do

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

reequilíbrio contratual na equivalente medida dos impactos financeiros provenientes da aplicabilidade da referida resolução.

Em 28 de junho de 2019, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 4,66%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2019.

Em 30 de junho de 2020, considerando o Decreto 64.879, de 20-03-2020, que reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19 que atinge o Estado de São Paulo, foi autorizado, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE-SP, o reajuste tarifário anual, com postergação do início de sua efetivação para outubro de 2020.

Em 30 de outubro de 2020, por meio de publicação do DOE-SP, o Conselho Diretor da Artesp autorizou o reajuste do valor das tarifas de pedágio, com percentual de 1,877703% baseados na evolução do IPCA entre junho/2019 e maio/2020, a vigorar a partir de 01 de dezembro de 2020.

Em 25 de junho de 2021, por meio de publicação no DOE-SP, foi autorizado o reajuste das tarifas de pedágio em 4,66%, sendo aplicável a partir de 1º de julho de 2019.

Pela exploração do sistema rodoviário, a Companhia assumiu o compromisso (ônus) de pagar:

- Valor fixo a ser liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998 e a última em maio de 2018. Essa obrigação era registrada na rubrica "Credor pela concessão" e foi ajustada a valor presente a partir do início da concessão à taxa de juros de 6% ao ano, definida pela Administração com base na taxa de captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi lançada na rubrica "Direito de exploração", classificada no ativo intangível;
- Valor variável correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente obtidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A Companhia concluiu os principais compromissos decorrentes da concessão.

A Companhia, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter nível adequado de serviços durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos, a partir do prazo original do contrato, para as estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequentemente à devolução, não deverá ocorrer à necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos à Companhia ou por ela implantados no âmbito da concessão. A reversão será sem ônus ao Poder Concedente e

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado das obras e dos bens cuja construção ou aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do período da concessão, desde que realizadas para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

Covid-19

Em decorrência da pandemia relativa ao coronavírus (Covid-19), instaurada no âmbito mundial, no ano de 2020, diversas restrições estão sendo realizadas, por medidas preventivas à propagação do vírus. No período findo em 30 de junho de 2021, apesar das consequências na economia observamos um baixo incremento no tráfego da rodovia que em eixos equivalentes representou +0,7%, comparado com período anterior, sem efeito da pandemia.

No cenário atual, não é possível prever com exatidão o impacto e a extensão da pandemia de Covid-19 nos negócios da Companhia, embora considerando a evolução da vacinação plena da população ao longo de 2021, há uma expectativa positiva de retomada da economia e do tráfego. Entretanto há de se considerar que novas variantes do vírus podem alterar este cenário.

De qualquer forma a Companhia vem adotando, junto com os órgãos reguladores e as instituições financeiras, medidas para mitigar os impactos da Covid-19.

2. Base de apresentação e elaboração das Informações financeiras intermediárias e principais políticas contábeis

Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting, emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, , e devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (última demonstração financeira anual).

As informações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações financeiras preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Contudo, as informações financeiras intermediárias contém notas explicativas selecionadas que explicam os eventos e transações significativas que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As Informações financeiras intermediárias foram autorizadas para emissão pela administração da Companhia em 13 de Agosto de 2021.

3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas informações financeiras intermediárias, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Companhia durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração financeira anual.

Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas informações financeiras intermediárias são as mesmas que as aplicadas na preparação da última demonstração financeira anual. Portanto, a Administração optou por não divulgar novamente em detalhes as políticas contábeis adotadas pela Companhia. Assim, faz-se necessário a leitura dessas informações financeiras intermediárias em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de modo a permitir que os usuários ampliem o seu entendimento acerca da condição financeira e de liquidez da Companhia e da sua capacidade em gerar lucros e fluxos de caixa.

Normas novas, alterações e interpretações de normas

a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes

<u>Norma</u>	<u>Descrição</u>	<u>Impacto nas demonstrações financeiras</u>
IFRS 17 – Contratos de Seguros	Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.	A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo assim, a Administração da Companhia irá avaliar os impactos do IFRS nas demonstrações financeiras em sua futura adoção.
	O IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26,	As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser apli-

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

Alterações ao IAS 1:	de forma a especificar os requisitos para	casas retrospectivamente.
Classificação de passivos como circulante ou não circulante	classificar o passivo como circulante ou não circulante.	Atualmente, a Administração irá avaliar o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e contas bancárias	3.232	2.977
Aplicações financeiras (*)	56.629	56.603
Total	59.861	59.580

* As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDB, com remuneração de 96,08% em junho de 2021 (96,0% em dezembro de 2020), da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Contas a receber de cliente e do poder concedente

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pedágio eletrônico (a)	37.872	33.828
ARTESP - ressarcimento (b)	3.956	3.956
Contas a receber – Receitas acessórias	1.101	1.003
Provisão para perdas de crédito esperada	(5.112)	(5.122)
Total	37.817	33.665
Circulante	37.817	33.665

(a) Valores decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio. Vide nota 20, seção "riscos de mercado" item c).

(b) Referem-se aos ressarcimentos de evasão de pedágio previstos no contrato de concessão.

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes e do Poder Concedente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o fim do período. O prazo médio de vencimento, exceto ARTESP, é de 30 dias.

A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada está demonstrada a seguir:

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	30/06/2021	30/06/2020
Início do período	(5.122)	(4.878)
Adições a provisão no Período	(27)	(108)
Reversões no Período	37	19
Em 30 de junho	<u>(5.112)</u>	<u>(4.967)</u>

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	30/06/2021	31/12/2020
A vencer	42.559	38.380
Vencidos:		
Até 30 dias	28	30
De 31 a 90 dias	28	33
Acima de 90 dias	314	343
	<u>42.929</u>	<u>38.787</u>

6. Partes relacionadas

As transações realizadas e os saldos correspondentes estão demonstrados a seguir:

Saldos patrimoniais	30/06/2021	31/12/2020
Ativo circulante		
Controladora:		
Outras partes relacionadas		
Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	502	473
	<u>502</u>	<u>473</u>
Ativo não circulante		
Controladora:		
AB Concessões S.A. (a)	244.361	538.025
	<u>244.361</u>	<u>538.498</u>
Passivo circulante		
Dividendos a pagar – controladora		
AB Concessões S.A.	32.836	273.021
Fornecedores - Controladora		
AB Concessões S.A. (b)	870	5.451
	<u>33.706</u>	<u>278.472</u>

	01/04 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2020
Transações que afetaram o resultado				

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

Custo do Serviço Prestado

Outras partes relacionadas

Soluciona Conservação Rodoviária Ltda. (c)	(2.827)	(5.867)	(2.204)	(5.364)
--	---------	---------	---------	---------

Despesas Administrativas

AB Concessões S.A. (b)	(2.614)	(5.228)	(2.725)	(5.451)
	(5.441)	(11.095)	(4.929)	(10.815)

Receitas financeiras

Controladora

AB Concessões S.A. (a)	4.075	8.644	5.952	13.273
------------------------	-------	-------	-------	--------

(a) Debêntures: Em 29 de setembro de 2012, a controladora AB Concessões S.A. emitiu 1.800 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografia, com valor unitário de R\$500 e com vencimento original em 29 de dezembro de 2013. A Companhia adquiriu 1.000 debêntures, remuneradas a 100% da variação acumulada das taxas do CDI, acrescidas de juros que variam de 2,8% a 3,2% ao ano, que seriam pagos integralmente na data de vencimento. Essa conta a receber da controladora está vinculada à emissão, por parte da Companhia, das debêntures de 2ª emissão, descritas na nota 8. Essas debêntures foram repactuadas em 11 de dezembro de 2013 e seu vencimento prorrogado para 28 de janeiro de 2014, posteriormente, para 15 de abril de 2020. Em Assembleia geral de Debenturistas realizada em 12 de agosto de 2020 seu vencimento foi prorrogado para 30 de Setembro de 2021.

Os juros remuneratórios das debêntures foram alterados para 3,2% entre os dias 24 de abril de 2013 e 31 de janeiro de 2014, 1,35% de 1º de fevereiro de 2014 a 14 de agosto de 2017 e 1.6448% de 15 de agosto de 2017 até a data de seu vencimento em 30 de Setembro de 2021. Os juros remuneratórios serão pagos integralmente na data do vencimento sendo incorporados a cada período de capitalização.

Os recursos repassados à controladora, por meio da aquisição das referidas debêntures, foram investidos no sistema de concessão do Rodoanel Leste, operado pela Concessionária SPMAR S.A, empresa concessionária dos trechos sul e leste do Rodoanel Mário Covas, localizado na região metropolitana de São Paulo.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, foi aprovada a proposta de compensação dos dividendos adicionais, com o saldo de debêntures a receber da controladora, conforme mencionado na nota explicativa nº 14, no valor de R\$98.889.

Em 25 de julho de 2019, foi realizada a alienação de 145 (cento e quarenta e cinco) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia da AB Concessões S.A. em 29/06/2012, no valor de R\$159.669 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e sessenta e nove mil reais), através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 25 de março de 2020, foi aprovada a alteração da data de vencimento das Debentures da primeira série, prorrogando o seu vencimento até o dia 15 de agosto de 2020.

Em 24 de março de 2021, foi realizada a alienação de 167 (cento e sessenta e sete) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia da AB Concessões S.A. de 29/06/2012, no valor de R\$199.482 (cento e noventa e nove milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil reais), através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

Em 30 de junho de 2021, foi realizada a alienação de 85 (oitenta e cinco) debêntures da 2ª Emissão de Debentures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografia da AB Concessões S.A. em 29/06/2012, no valor de R\$102.825 (cento e dois milhões, oitocentos e vinte e cinco mil reais), através da compensação de dividendos declarados pela Companhia.

(b) Refere-se à prestação de serviços do centro de serviços compartilhados, relacionados à contabilidade e assessoria jurídica, entre outros.

(c) Refere-se a serviços de conservação e manutenção nas rodovias pagos antecipadamente.

A remuneração dos principais administradores, que compreendem administrador e empregados com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, é composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, o que inclui salário, benefícios, remuneração variável e respectivos encargos, conforme demonstrado no quadro a seguir. A Companhia não oferece benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho, plano de previdência privada ou remuneração baseada em participações societárias para os administradores e outros funcionários.

Os montantes destinados e reconhecidos como despesa no período findo em 30 de junho de 2021 é conforme segue:

01/04 a	01/01 a	01/04 a	01/01 a
30/06/2021	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2020

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

Salários	274	575	269	557
Encargos	96	197	98	195
Outros benefícios	9	33	251	312
Total	379	805	618	1.064

7. Imposto de renda e contribuição social diferidos

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Crédito de imposto	30/06/2021	31/12/2020
Diferença temporária:		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários.	123.304	108.804
Obrigações Fiscais	19.981	19.009
Mudança de prática contábil (ICPC 01 e OCPC 05) (i)	1.216	8.514
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.112	5.122
Arrendamento mercantil	4	3
Base de cálculo	149.617	141.452
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total dos créditos sobre diferenças temporárias	50.870	48.094
Benefício fiscal incorporado (ii)	1.450	10.150
Total dos créditos	52.320	58.244

Débito de imposto	30/06/2021	31/12/2020
Diferença temporária:		
Outros Ativos	4.602	4.997
Ajuste a valor presente líquido (iii)	-	1.319
Encargos financeiros antecipados (iv)	-	81
Base de cálculo	4.602	6.397
Alíquota nominal combinada	34%	34%
Total do débito	1.565	2.175
Crédito de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	50.755	56.069

- (i) O montante líquido de R\$1.216 em 30 de junho de 2021 (R\$8.514 em 31 de dezembro de 2020) foi gerado com base nas diferenças de critérios contábeis e fiscais decorrentes da adoção da lei 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do Ativo Imobilizado (fiscal) versus amortização do Ativo intangível (contábil) e provisão de manutenção, e será amortizado pelo prazo remanescente de concessão.
- (ii) Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o ágio de aquisição da Companhia, que foi pago pela antiga controladora da Companhia, a qual foi posteriormente incorporada em 31 de julho de 2015. Com a cisão e posterior incorporação pela Companhia da parcela cindida, a Companhia passou a ter o direito do aproveitamento desse benefício fiscal, no montante de R\$97.835, que corresponde a 34% do valor pago na aquisição do direito de concessão, registrado conforme Instrução CVM nº 319/99 e respectiva nota explicativa emitida pela CVM, bem como interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, esses impostos diferidos ativos tiveram como contrapartida a rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido. O ágio que originou esse benefício fiscal foi calculado sobre a rentabilidade futura da Companhia e será realizado de forma proporcional à amortização fiscal do ágio incorporado que o originou, até julho de 2021, prazo final da concessão.
- (iii) O montante de R\$1.319 em 31 de dezembro de 2020 foi gerado por meio do ajuste a valor presente das obrigações com o Poder Concedente.
- (iv) Referem-se às deduções de debêntures, comissões e Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, retidas na liberação das debêntures, conforme nota 9.

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

A Administração estima que a realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social será como segue:

	30/06/2021	31/12/2020
2021	46.973	58.244
A partir de 2022	5.163	-
	52.136	58.244

b) Reconciliação dos impostos

O imposto de renda e a contribuição social líquidos, correntes e diferidos são reconciliados com a alíquota de imposto, conforme demonstrado a seguir:

	01/04 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2021	01/04 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	55.079	138.406	51.654	130.687
Alíquota nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	(18.727)	(47.058)	(17.563)	(28.331)
Diferenças permanentes	(39)	(72)	(4.578)	(33)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(18.766)	(47.130)	(22.141)	(49.002)
Representada por despesa de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(18.588)	(41.816)	(24.242)	(45.275)
Diferidos	(178)	(5.314)	2.101	(3.727)
	(18.766)	(47.130)	(22.141)	(49.002)
Alíquota efetiva dos impostos	34,07%	34,05%		

8. Intangível

A movimentação é como segue:

Custo	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	74.375	897.974	3.497	975.846
Aquisições	-	7.687	29	7.716
Baixas	-	(1.020)	-	(1.020)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74.375	904.641	3.526	982.542
Aquisições	-	2.433	-	2.433
Baixas	-	(700)	-	(700)
Saldos em 30 de junho de 2021	74.375	906.374	3.526	984.274

Amortização acumulada	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(69.839)	(774.134)	(3.252)	(847.225)

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

Amortização	(2.832)	(73.259)	(83)	(76.174)
Baixas	-	735	-	735
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(72.671)	(846.658)	(3.335)	(922.664)
Amortização	(1.448)	(39.007)	(44)	(40.499)
Baixas	-	661	-	661
Saldos em 30 de junho de 2021	(74.119)	(885.004)	(3.379)	(962.502)

Intangível líquido	Direito de exploração (a)	Intangível em rodovias (b)	Direito de uso de software e outros	Total
Saldos em 31/12/2020	1.704	57.983	191	59.878
Saldos em 30/06/2021	256	21.370	147	21.773
Taxa média (a.a.)	3,86%	8,44%	2,48%	-

(a) Refere-se ao valor assumido para a exploração do sistema rodoviário, conforme mencionado na nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

(b) Refere-se a investimentos efetuados nas rodovias que geram benefício econômico futuro e que retornarão ao Poder Concedente quando da extinção da concessão, conforme mencionado na nota 1. A amortização é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

A administração da Companhia não identificou indicação de que os ativos intangíveis pudessem apresentar valores contábeis inferiores aos seus valores recuperáveis. Desta forma, não há necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 30 de junho de 2021.

9. Debêntures

Série	Quantidade emitida	Taxas contratuais (%)	Vencimento	30/06/2021	31/12/2020
5ª emissão	390	100% CDI + 2,20% a.a. Fevereiro/2021		-	48.861
				-	48.861
Custo de transação				-	(81)
Total				-	48.780
Circulante				-	48.780

5ª emissão

Em 16 de junho de 2018, a Companhia efetuou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com vencimento final em 15 de dezembro de 2020. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures terá amortizações parciais de acordo com o cronograma previsto no instrumento particular de escritura. O montante total da emissão foi de R\$390.000, sendo 390 debêntures com valor nominal unitário de R\$1.000, em série única, as quais serão remuneradas pela variação de 100% do CDI mais 2,20% ao ano, cujos recursos foram destinados para o resgate antecipado total das debentures da 3ª e 4ª emissão, bem como o pagamento antecipado integral de Cédula de Crédito Bancário em 28 de setembro de 2018.

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

Em 20 de maio de 2020, a companhia aprovou através de Assembleia Geral de debenturistas – AGD, a prorrogação da data de vencimento das debêntures para 15 de fevereiro de 2021, e conseqüentemente alterações na tabela de Data de Pagamento da Remuneração e na tabela de Data de Amortização das Debêntures.

Em 17 de fevereiro de 2021 a companhia liquidou a 5ª emissão de debêntures, encerrando as suas respectivas obrigações.

10. Fornecedores

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
De materiais	3.558	4.430
De serviços de engenharia	16.013	12.237
Total	<u>19.571</u>	<u>16.667</u>

11. Credor pela concessão

Refere-se ao saldo do ônus da concessão, composto pelos valores devidos ao Poder Concedente pela exploração da concessão.

O valor do ônus fixo da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998. Os montantes foram reajustados conforme mencionado na nota 1.

O montante do ônus por concessão é apresentado como segue:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
/Parcela variável (a)	724	780
Total	<u>724</u>	<u>780</u>

(a) Saldo variável correspondente a 1,5% da receita de pedágio e das receitas acessórias efetivamente auferidas mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. Conforme mencionado na nota 1, pelo fato de o reajuste das tarifas de pedágio não ter sido repassado aos usuários, este percentual foi reduzido em 50% por prazo indeterminado, devendo essa redução ser formalizada através de TAM específico.

No decorrer do período findo em 30 de junho de 2021 foram pagos ao Poder Concedente o montante de R\$4.242 e, respectivamente R\$3.868 em 30 de junho de 2020, referente à parte variável do direito de exploração.

12. Obrigações fiscais

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda	13.588	19.908

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

Contribuição social	4.922	7.279
Total Imposto de renda e contribuição social a pagar	18.510	27.187
Imposto Sobre Serviços – ISS	2.577	2.648
Total de obrigações municipais	2.577	2.648
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	2.612	2.191
Outras	338	269
Total de obrigações federais	2.950	2.460
Total obrigações fiscais	24.037	32.295

13. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e outros

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais pendentes de resolução e correspondentes a casos administrativos (não trabalhista ou tributários), cíveis, trabalhistas e tributários.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas prováveis que possam decorrer de referidos casos e estima que sua decisão final não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado de suas operações em virtude dos depósitos judiciais existentes.

A Companhia espera que parte dos valores de provisão seja reembolsada, em decorrência dos contratos de seguros contratados, conforme mencionado na nota explicativa n. 22, e reconheceu os valores de reembolso como um ativo separado, no montante de R\$4.602.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e outros é conforme segue:

	31/12/2020	Adições	Atualizações	Reversões	Utilizações	30/06/2021
Cíveis (a)	26.314	1.999	1.077	(3.564)	(3.529)	22.297
Trabalhistas (b)	60.984	14.220	3.477	(1.758)	(1.459)	75.464
Tributário (d)	1.172	-	-	(1.110)	(5)	57
Outros processos (c)	20.334	7.891	1.311	(4.307)	256	25.485
Total	108.804	24.110	5.865	(10.739)	(4.737)	123.303

	31/12/2019	Adições	Atualizações	Reversões	Utilizações	31/12/2020
Cíveis (a)	29.226	2.301	3.242	(3.386)	(5.069)	26.314
Trabalhistas (b)	37.331	18.751	13.277	-	(8.375)	60.984
Tributário (d)	1.121	56	-	(4)	(1)	1.172
Outros processos (c)	6.348	14.426	361	(520)	(281)	20.334
Total	74.026	35.534	16.880	(3.910)	(13.726)	108.804

(a) Refere-se a casos judiciais, principalmente, a pedidos de indenização por eventos ocorridos nas rodovias, ou discussões judiciais com o Poder Público, inclusive ambientais. O incremento identificado no período decorre da tese de responsabilidade objetiva atualmente aceita por parte do judiciário para determinadas situações decorrentes de contratos de serviços públicos.

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

- (b) Refere-se a pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras excedentes, adicional de insalubridade entre outros. O incremento identificado no período decorre de discussões sobre a responsabilidade decorrente do conceito de grupo econômico e, dentre estes, parte poderá gerar alguma perda para a companhia, em razão de entendimento processual pelo judiciário trabalhista que denegou seguimento para determinados recursos. Tais casos ainda tem recursos pendentes de julgamento pelos tribunais superiores
- (c) Correspondem substancialmente a processos administrativos do Poder Concedente, em razão do gerenciamento dos indicadores contratuais.
- (d) Refere-se a casos judiciais vinculados aos fiscos municipais, no que tange ao recolhimento do ISSQN.

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos (i) cíveis, decorrentes de pedidos de indenização por usuário das rodovias, desapropriações, discussões com fornecedores e com o Poder Público no valor de R\$29.385 (R\$24.245 em 31 de dezembro de 2020); (ii) trabalhistas, decorrentes de pedidos de empregados ou empregados de fornecedores, relativos a horas extras, aviso prévio, adicional de insalubridade, grupo econômico, entre outros, no valor de R\$4.056 (R\$4.221 em 31 de dezembro de 2020); (iii) tributários, decorrentes de casos judiciais de âmbito federal e/ou municipal, no valor de R\$12.350 (R\$13.434 em 31 de dezembro de 2020); (iv) outros processos, decorrentes de processos administrativos, iniciados por notificações aplicadas pelo Poder Público no valor de R\$8.359 (R\$11.124 em 31 de dezembro de 2020) ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, ou reflexos dos seus *stakeholders*, classificados como de risco possível pelos seus advogados, para os quais não foi constituída provisão. Dentre os processos cíveis, consta a ação declaratória proposta pela ARTESP e o Governo do Estado de São Paulo, na qual se discute a anulação do TAM nº 19/06, que, conforme mencionado na nota 1, aumentou o prazo de concessão, sendo o risco classificado como possível de perda, de acordo com seus advogados. O processo está em fase de instrução e aguarda pela conclusão da perícia e produção de provas requeridas.

O saldo de depósitos judiciais e bloqueios judiciais (decorrentes de arresto ou penhora), no montante de R\$24.581 e R\$86.400, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 (R\$29.342 e R\$86.323, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020), classificados no ativo não circulante, referem-se a garantias judiciais. O valor de garantia judicial corresponde, principalmente, a processos de natureza trabalhista de terceiros, cujo valor total é de R\$129.762 (R\$123.823 em dezembro de 2020), e nos quais a Companhia foi envolvida, apenas, na fase de execução e figurou como parte na fase de conhecimento. A Companhia adota todas as medidas cabíveis para reverter os valores sob constrição judicial.

14. Patrimônio líquido

Capital social

O capital social em 30 de junho de 2021 e 2020 é de R\$71.000 e está representado por 610.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, detidas diretamente pela AB Concessões S.A.

Reserva de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de julho de 2015, foi aprovada a cisão total da Atlantia Bertin Concessões S.A. e incorporação de suas parcelas cindidas pela Companhia e demais empresas do grupo AB Concessões S.A. A AB Concessões S.A., única acionista da Atlantia Bertin Concessões S.A., passou a ser a controladora direta da Companhia. A Companhia registrou Reserva de capital de R\$97.835, como contrapartida dos saldos incorporados.

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é calculada no fim de cada exercício, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, até o valor máximo estabelecido em Lei (20% do capital social). Em 31 de dezembro de 2020, não foi constituída reserva legal, pois seu saldo já atingiu o limite de 20% do capital social.

O lucro remanescente, após as destinações legais e a destinação de dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é classificado na rubrica “Reserva de lucros”.

Conforme previsto na lei das Sociedades por Ações, o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social e, atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso, nos termos da lei.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2020, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$149.408, oriundos da conta de reservas de lucros.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de março de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos no valor de R\$100.000, oriundos da conta de reservas de lucros.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021, foi aprovada a proposta para a alocação do lucro líquido do exercício de 2020 da seguinte maneira: (a) R\$49.170 (Quarenta e nove milhões, cento e sessenta mil reais) distribuídos a título de dividendo mínimo obrigatório; (b) R\$33.309 (trinta e três milhões, trezentos e nove mil reais) distribuídos diretamente ao acionista da Companhia em razão do excedente à conta de Reserva de Lucros, nos termos do art. 199 da Lei das Sociedades por Ações; e (c) R\$114.200 (cento e quatorze milhões e duzentos mil reais) alocados na conta de Reserva de Lucros da Companhia.

15. Receita operacional líquida

A receita é composta conforme segue:

	01/04 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2021	01/04 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2020
Receita com arrecadação de pedágio	137.312	271.046	113.571	244.655
Receita de construção (*)	716	769	737	1.879
Outras receitas	3.687	7.916	3.717	7.481
Receita bruta	141.715	279.731	118.025	254.015
Deduções da receita:				
ISS	(7.002)	(13.823)	(5.796)	(12.463)
PIS	(917)	(1.814)	(763)	(1.640)
COFINS	(4.233)	(8.373)	(3.522)	(7.568)
Receita líquida	129.563	255.721	107.944	232.344

(*) Vide nota 2, item “d)” apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

16. Custos e despesas por natureza

	01/04 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2021	01/04 a 30/06/2020	01/01 a 30/06/2020
Serviços de terceiros - conservação, manutenção e operação da rodovia	(18.120)	(23.369)	(1.810)	(1.810)
Despesas de amortização (**)	(21.035)	(40.912)	(17.041)	(35.166)
Despesas com a exploração da concessão (custo variável da outorga)	(2.117)	(4.187)	(1.761)	(3.784)
Despesas com prestadores de serviços	(9.628)	(18.930)	(9.047)	(18.445)
Despesas com funcionários	(5.770)	(11.361)	(5.643)	(10.681)
Despesas com materiais e equipamentos	(3.109)	(6.716)	(2.509)	(5.512)
Custos com construção (*)	(716)	(769)	(737)	(1.879)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(17.398)	(19.236)	(19.732)	(26.017)
Seguros	(491)	(395)	(210)	(1.427)
Provisão para perdas de crédito esperada	9	9	-	-
Outras receitas	721	1.092	827	874
Outras despesas gerais e administrativas	(1.215)	(2.450)	(1.223)	(2.578)
Total	(78.869)	(127.224)	(58.886)	(106.425)
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	(57.100)	(99.447)	(35.189)	(70.858)
Despesas gerais e administrativas	(22.499)	(28.878)	(24.524)	(36.441)
Provisão para perdas de crédito esperada	9	9	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	721	1.092	827	874
Total	(78.869)	(127.224)	(58.886)	(106.425)

(*) Vide nota 2, item "d)" apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

(**) Refere-se à amortização do intangível somada à amortização dos direitos de uso contratuais por conta da aplicação do IFRS 16 e CPC 06 (R2). Este último no valor de R\$ 413 em 30 de junho de 2021 e R\$ 916 em dezembro de 2020

17. Receitas e despesas financeiras

	01/04 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2021	01/04 a 30/06/2020	01/04 a 30/06/2020
Receitas financeiras				
Receita com rendimentos de aplicação financeira e outras	425	1.798	1.055	2.941
Juros com partes relacionadas	4.075	8.644	5.952	13.273
Receita com operações de instrumentos financeiros derivativos – Hedge	-	-	224	2.516
Outras receitas com operações de instrumentos financeiros derivativos	-	-	79.218	79.845
	4.500	10.442	86.449	98.575
Despesas financeiras				
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures	-	(274)	(3.627)	(11.927)
Despesa com operações de instrumentos financeiros derivativos – Hedge	-	-	(96)	(752)
Outras despesas com operações de instrumentos financeiros derivativos	-	-	(79.389)	(79.771)
Outras despesas financeiras	(115)	(259)	(741)	(1.357)

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

	<u>(115)</u>	<u>(533)</u>	<u>(83.853)</u>	<u>(93.807)</u>
Resultado financeiro	<u>4.385</u>	<u>9.909</u>	2.596	4.768

18. Lucro por ação

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

<u>Básico e diluído</u>	<u>01/04 a 30/06/2021</u>	<u>01/01 a 30/06/2021</u>	<u>01/04 a 30/06/2020</u>	<u>01/01 a 30/06/2020</u>
Lucro líquido do período	36.312	91.276	29.513	81.685
Número médio ponderado de ações	610.000	610.000	610.000	610.000
Lucro por ação - básico e diluído (em R\$)	59,53	149,63	48,38	133,91

No período findo em 30 de junho de 2021 e de 2020, a Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação e, portanto, o lucro por ação básico e diluído são idênticos.

19. Demonstração dos fluxos de caixa

Informações suplementares

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Caixa desembolsado durante o período:		
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa		
Fornecedores de intangível	(357)	(115)
Compensação de saldo a receber de partes relacionadas com dividendos distribuídos	302.308	-

20. Instrumentos financeiros

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Valor justo dos instrumentos financeiros

a) *Instrumentos financeiros registrados ao custo amortizado*

Os instrumentos financeiros mantidos pela Companhia são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, uma vez que:

1. O caixa e os equivalentes de caixa estão substancialmente indexados ao CDI.

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

2. As contas a receber de clientes e as contas a pagar a fornecedores possuem prazo médio de 30 dias.
3. As contas a receber de partes relacionadas possuem prazo superior a um ano e estão atreladas a operações de empresas vinculadas ao seu grupo controlador, conforme apresentado na nota 6 e incorporam os juros a receber até a data do balanço.
4. Credor pela concessão refere-se ao compromisso assumido com o Poder Concedente, conforme mencionado na nota 11.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável.

Caso a Companhia adotasse o critério de reconhecer os passivos de empréstimos e financiamentos aos seus valores justos, os saldos apurados seriam os seguintes:

	30/06/2021		31/12/2020	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	-	-	48.780	48.921

(*) Valores brutos dos custos de transação das parcelas não protegidas, conforme mencionado na nota 9.

A seguir são apresentados os saldos de instrumentos financeiros, mensurados ao custo amortizado, mantidos pela Companhia conforme suas características:

	30/06/2021	31/12/2020
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	59.861	59.580
Contas a receber e partes relacionadas	38.319	34.138
Debêntures com partes relacionadas	244.361	538.025
Passivos		
Fornecedores e partes relacionadas	20.441	21.968
Debêntures - 2ª emissão - 1ª série e 5º emissão.	-	48.861
Credor pela concessão	724	780

Riscos de mercado

a) *Exposição a riscos cambiais*

Em 30 de junho de 2021, a Companhia não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

b) *Exposição a riscos de taxas de juros*

A Companhia está exposta a riscos de taxas de juros. Em 30 de junho de 2021, a Administração efetuou análise de sensibilidade, apresentando dois cenários, e foram considerados reduções de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de debêntures com partes relacionadas e aplicações financeiras que poderão gerar impacto nos resultados e nos caixas futuros da Companhia, conforme descrito a seguir:

- Cenário provável: manutenção nos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 30 de junho de 2021;
- Cenário II: redução de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2021;
- Cenário III: redução de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 30 de junho de 2021.

	Valor contábil	Cenário provável (i)	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Variação do CDI (i)	-	5,74%	4,31%	2,87%
Aplicações financeiras e debêntures ativas				
Indexador:				
CDB, operações compromissadas – CDI	56.629	3.120	2.340	1.561
Debêntures ativas – CDI	244.361	18.276	10.520	7.013
Exposição líquida	300.990	21.396	12.860	8.574
Redução nas receitas financeiras em relação ao cenário base	-	-	(8.536)	(12.822)

(i) Fonte: Boletim de índices financeiros da BM&F Bovespa projetado para 2021

c) *Risco de crédito*

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos com instituições financeiras, gerados por operações de investimento financeiro. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras, com instituições de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

A Companhia apresenta valores a receber, principalmente da empresa CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A., conforme descrito na nota 5, decorrentes da arrecadação de pedágios pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”). A Companhia possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

arrecadação das contas a receber com a CGMP.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Abaixo demonstramos a exposição máxima do risco do crédito:

Valor Contábil	30/06/2021	31/12/2020
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	59.861	59.580
Contas a receber e partes relacionadas	38.319	34.138

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é monitorado por um modelo de gerenciamento que determina as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancário para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa, previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento dos ativos e passivos financeiros e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos e ativos financeiros com base no vencimento contratual e na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e recebíveis. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, as atualizações tiveram como base a taxa DI na data do balanço:

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

Modalidade	Valor contábil	Juros Estimados (*)	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Circulante
Ativos circulantes e não circulantes					
Contas a receber e contas a receber poder concedente	37.817	-	37.817	-	37.817
Partes relacionadas	244.361	298.184	-	542.545	542.545
Outras contas a receber	6.222	-	-	6.222	6.222
Total	288.400	298.184	37.817	542.545	586.584
Passivos					
Credor pela concessão	724	-	724	0	724
Fornecedores e fornecedores partes relacionadas	20.441	-	8.028	12.413	20.441
Outras contas a pagar	2.308	-	-	2.308	2.308
<u>Total</u>	23.473	-	8.752	14.721	23.473

(*) Fluxos de caixa futuros relacionados a taxas variáveis foram projetados com base nos índices de 30 de junho de 2021 aplicados e mantidos constantes até os vencimentos dos contratos.

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias
30 de junho de 2021
(Em milhares de reais)

21. Gestão de risco de capital

A Administração gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos na rodovia, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

22. Seguros contratados

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do mesmo ramo.

Em 30 de junho de 2021, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização	Vencimento do contrato
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Danos materiais à rodovia	17.120	09/2021
Seguro riscos operacionais - todos os riscos	Perda de receita (cobertura acessória) Danos materiais e corporais a	49.180	09/2021
Seguro riscos responsabilidade civil	terceiros	47.670	09/2021
Seguro-garantia	Funções de ampliação	9.339	09/2021
Seguro-garantia	Funções operacionais e de conservação	140.626	09/2021

23. Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e os recursos são feitos.

Triângulo do Sol Auto-Estradas S.A.

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias

30 de junho de 2021

(Em milhares de reais)

A área de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias, e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Companhia.